

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA ANÁLISE DO CENTRO  
EDUCACIONAL MUNICIPAL BRIGADAS CHE GUEVARA NO MUNICÍPIO  
DE MONTE DO CARMO-TO<sup>1</sup>**

*EDUCATION OF THE FIELD: AN ANALYSIS OF THE MUNICIPAL  
EDUCATIONAL CENTER BRIGADAS CHE GUEVARA IN THE MUNICIPALITY OF  
MONTE DO CARMO-TO*

Adenilton Pires<sup>2</sup>  
Roberto de Souza Santos<sup>3</sup>

**Resumo**

O presente artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica e aplicação de questionário direcionado a alunos e professores do Centro Educacional Brigadas Che Guevara no município de Monte do Carmo-TO. Procurou-se fazer uma análise sobre a concepção da educação no campo. O objetivo é refletir e debater sobre a educação do campo ressaltando a sua importância para o alunado que compõem a zona rural no ensino de Geografia. A metodologia baseou-se em estudos bibliográficos a fim de problematizar a temática, e uma pesquisa de campo na escola a partir de entrevistas e observação em lócus. A escola do campo deve atender as expectativas dos estudantes garantindo um ensino de qualidade, deve ser um espaço onde reproduza uma educação emancipadora que perpassa e transforme a vida das pessoas que vivem no campo.

**Palavras-chave:** educação do campo, ensino-aprendizagem, ensino em Geografia

**Abstract**

This article is the result of a bibliographical research and questionnaire application directed to students and teachers of the Che Guevara Brigades Educational Center in the municipality of Monte do Carmo-TO. An analysis was made of the conception of education in the field. The objective is to reflect and debate about the education of the field emphasizing its importance to the student who compose the rural area in the teaching of Geography. The methodology was based on bibliographical studies in order to problematize the subject, and a field research in the school from interviews and observation in locus. The rural school must meet the expectations of the students guaranteeing a quality education, it must be a space where it reproduces an emancipatory education that perpasses and transforms the life of the people who live in the field.

**Key words:** field education, teaching-learning, geography teaching

---

<sup>1</sup> Este artigo teve apoio financeiro da Pro-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação - Propesq.

<sup>2</sup> Licenciado em Geografia pelo campus de Porto Nacional-TO/UFT.

<sup>3</sup> Professor efetivo do curso de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia no campus Universitário de Porto Nacional-TO/UFT

## Introdução

Para uma educação do campo de qualidade, é necessário que haja políticas públicas, que dê a importância da formação de professores para atuar frente ao alunado do campo. A escola do campo deve atender as expectativas dos estudantes garantindo um ensino de qualidade, um espaço onde reproduza uma educação emancipadora que prepare e transforme a vida das pessoas que vivem no campo. A educação do campo deve habilitar o indivíduo a reconhecer-se no meio e, compreender que vivendo e estudando no campo é capaz de ter um processo de ensino-aprendizagem de qualidade.

A educação é o componente essencial, ou seja, relevante na sociedade em que atua a educação do campo para diminuir o índice de analfabetismo e formar cidadãos críticos. O camponês necessita de uma educação de qualidade e cidadã. Para que uma escola ofereça a educação do campo, sabe-se que deva ser baseada na cultura dos camponeses pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades sociais e culturais.

A educação do campo surge através das lutas sociais, quando os camponeses reivindicam sobre a educação para atender a demanda do campo. De acordo com Molina (2006, p. 10), “a especificidade da educação no campo, em relação a outros diálogos sobre educação deve-se ao fato de sua permanente associação com as questões do desenvolvimento e do território no qual ela se enraíza”. Em outras palavras, pode-se dizer que o camponês tem um vínculo com a terra, e que o seu desejo é viver no seu espaço, desse modo surge à necessidade de uma educação voltada para a sua realidade. Pereira (2009, p. 178)

A ideologia dominante sempre considerou o camponês brasileiro como matuto analfabeto, fraco, atrasado, preguiçoso, ingênuo, incapaz; um Jeca Tatu, que precisa ser redimido pela modernidade [...] As escolas implantadas no campo só contribuíram para reforçar essa imagem. Escolas com pedagogias bancárias, importadas da cidade como um pacote pronto: currículo, calendário, cartilha e professor. Todos oriundos da cidade.

De acordo com as palavras citadas por Pereira, pode-se perceber que a educação do campo deve ter uma grade curricular diferenciada e o modo de ensinar, para

que os camponeses tenham uma noção sobre o seu espaço do modo de vida. Durante a análise da escola foi possível observar que os alunos preferem viver na zona rural, pelo fato de não adaptarem ao convívio do mundo urbano.

Esta pesquisa é resultado de uma pesquisa bibliográfica e aplicação de questionário direcionado a alunos e professores do Centro Educacional Brigadas Che Guevara em Monte do Carmo. Procurou-se fazer uma análise sobre a concepção da educação no campo. O objetivo foi refletir e debater sobre a educação no campo ressaltando a sua importância para o alunado que compõem a zona rural. A metodologia baseou-se em estudos bibliográficos a fim de problematizar a temática, e uma pesquisa de campo na escola a partir de entrevistas e observação a campo.

### **Concepção da educação do campo**

Constantemente na literatura das ciências sociais e humanas voltadas para a análise de temas educacionais que lidam com termos tais como educação rural, educação no campo, educação do campo. Estes termos parecem ser sinônimos. Entretanto, do ponto de vista teórico-metodológico pode ter diferenças. O termo geralmente é usado pelos movimentos sociais dos camponeses com uma ideia que se refere a uma concepção de educação da Bancada Ruralista do Congresso Nacional que representa os interesses dos latifundiários e do agronegócio.

Para Bezerra Neto (2010) a concepção de uma *educação do campo* tem aparecido na agenda de alguns movimentos sociais e sindicais na academia e nas pautas governamentais, a discussão sobre uma possível necessidade de se construir uma educação específica para aqueles que vivem e trabalham no campo, ou seja, uma educação “do campo”. O referido autor, afirma que é possível constatar que nas últimas décadas surgiu um movimento autodenominado “Por uma Educação do Campo”. Ou seja, uma educação com uma identidade do homem camponês. O Ministério da Educação e Cultura prefere trabalhar a escola do campo levando em conta as questões do saber local, mas não se refere diretamente a uma educação do campo ou uma educação camponesa.

A educação no campo surge com o objetivo de atender as necessidades do camponês, garantindo os direitos já assegurados pelas leis, traduzida como uma

concepção político pedagógica, voltada para aumentar o vínculo do camponês com a terra, valorizando uma relação de respeito e afinidade com o lugar onde se vive. A educação do campo desempenha um papel fundamental para dar suporte as pessoas que precisam da terra para sua subsistência e que não tem condição financeira de migrar para a cidade para colocar os seus filhos na escola.

A concepção de educação do campo surgiu pelos movimentos sociais, valorizando a identidade do camponês, os laços de territorialidade e o significado da vida na terra. E apresentar um modelo significativo de acordo com as expectativas e interesses da população do campo que são comunidades que possuem suas maneiras peculiar de relacionar com o meio em que vivem. Essa concepção é fruto dos movimentos sociais do campo que buscam mudanças de paradigmas para o meio social camponês, tendo em vista que o homem é capaz de adaptar e transformar a sua organização social de acordo com as suas aspirações e necessidades.

[...] o homem não só se adapta ao mundo, como também o transforma. Essa transformação ocorre em dois níveis: em primeiro lugar no nível da interação do homem com a natureza e como ser da natureza, modificando o ambiente natural com o uso de ferramentas. Ocorre também no nível da consciência, da interação comunicativa entre os indivíduos e sua organização social (SCHELLING, 1991, p.32).

De acordo com Schelling, o homem transforma a natureza e a organização social e cria níveis de consciência. A partir desse raciocínio, pode-se afirmar que a educação do campo poderá buscar novos paradigmas de concepção de mundo de acordo com os interesses e demandas do homem do campo. Para isso, o educador deve buscar e instrumentalizar essa alternativa para colocar em prática social no território camponês.

O papel do educador da educação do campo é considerar o conhecimento empírico do camponês e elaborar novos conhecimentos, para construir uma base de aprendizagem de qualidade e emancipadora. O camponês tem o direito de ser educado no meio social em que vive. Para isso, a educação deve ser pensada a partir do meio social em o individuo vive, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanitárias e sociais.

O conceito de escola rural ou camponesa no Brasil foi e é associada a um ambiente social onde prevalece o analfabetismo, o pouco saber, enfim estabeleceu-se uma concepção do mundo camponês um meio social "atrasado" e "rude". A cidade como local de desenvolvimento e o rural como local de atraso. Munarim (2006, p. 20), assinala para a importância de superar essa concepção dicotômica.

(...) visão dicotômica, que tem a cidade como o ideal de desenvolvimento a ser por todos alcançados, e o rural como a permanência do atraso, no Brasil, mormente tem se produzido políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico e social em franco privilégio ao espaço humano citadino ou, mais que isso, em detrimento da vida no meio rural. As políticas voltadas ao meio rural são traçadas no sentido de extrair do campo o máximo de benefício em favor da vida na cidade, ou então, no sentido de urbanizar o espaço rural.

É essa assimetria social e cultural que a educação do campo deve enfrentar e superar. Permitir a formação de uma pedagogia camponesa em que possibilite a visibilidade e importância do mundo camponês na sociedade.

### **Por uma educação do campo possível**

Muitas das vezes as pessoas compreendem o campo apenas como um espaço de produção agrícola, mas ele é um lugar propício para produção de novos conhecimentos. A educação é um direito de todos, previsto na constituição, tanto no espaço urbano como no campo. É a partir da educação que se constrói uma sociedade cidadã. Gohn (2009, p.16) reflete nesta direção:

A educação ocupa lugar central na acepção coletiva da cidadania. Isto porque ela se constrói no processo de luta que é, em si próprio, um movimento educativo. A cidadania não se constrói por decretos ou intervenções externas, programas ou agentes pré-configurados. Ela se constrói como um processo interno, no interior da prática social em curso, como fruto do acúmulo das experiências engendradas.

A partir desta linha de raciocínio do referido autor, pode-se afirmar que a educação do campo, surge como uma oportunidade de acesso ao conhecimento científico sem mesmo sair do lugar de origem. Uma educação necessária e possível de se concretizar, moldando os saberes existentes do camponês. Ou seja, a educação do

campo pode ser uma realidade a partir de um projeto. Caldart (2002) reforça este raciocínio, afirmando que:

É um projeto de educação que reafirma como grande finalidade da ação educativa ajudar no desenvolvimento mais pleno do ser humano, na sua humanização e inserção crítica na dinâmica da sociedade de que faz parte; que compreende que os sujeitos se humanizam ou se desumanizam sob condições materiais e relações sociais determinadas; que nos mesmos processos em que produzimos nossa existência nós produzimos como seres humanos; que as práticas sociais, e entre elas especialmente as relações de trabalho, conformam (formam ou deformam) os sujeitos. É por isso que afirmamos que não há como verdadeiramente educar os sujeitos no campo sem transformar as circunstâncias sociais desumanizantes, e sem prepará-los para ser os sujeitos destas transformações (...). (CALDART, 2002, p. 22).

De acordo com Caldart (2002) um projeto educacional deve levar em conta os conflitos sociais, progressos e retrocessos da vida social do camponês. Para implantar uma educação do campo, primeiro deve haver políticas públicas voltadas para amenizar estes paradoxos no campo. Todos devem ter acesso à educação, é um direito garantido por lei, sendo assim não é impossível a construção de uma escola no campo, que atenda às necessidades dos camponeses.

### **A legislação brasileira e a educação do campo**

Segundo Lima *et ali* (2015), a primeira lei nacional a regulamentar sobre uma educação para o campo data de 1827, a qual estabelecia que todas as cidades, vilas e lugares populosos deveria haver escolas e preparação de professores para tal fim. Os referidos autores afirmam ainda que dentre as constituições brasileiras, a de 1934 foi a primeira a fazer menção à educação para as comunidades rurais. No artigo 156, Parágrafo único, estabelece que “Para a realização do ensino nas zonas rurais, a União reservará no mínimo, vinte por cento das cotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual” Lima *et ali* (2015, p. 244).

A luta pela elaboração de políticas públicas voltadas para educação do campo vem sendo discutida há muitos anos, a mesma só ganha referencia nos anos de 1990. Nesse período, a educação ganha uma posição de destaque, tornando o centro dos debates. Vale ressaltar que no início dos anos de 1990 a sociedade passava por acontecimentos que garantiram os avanços de legislação, que garantia o atendimento da população rural, garantindo o direito a educação, os conflitos que ocorriam consistia na

criação do Movimento Sem Terra, a reestruturação do Estado brasileiro para Estado Democrático, debates e lutas pela educação de qualidade que atendesse as necessidades dos camponeses.

Com a Constituição de 1988, a educação passou a ser direito de todos e dever do Estado, mas nesse período a educação no campo não foi mencionada, de acordo com Soares (2002) essa ausência de arcabouço legal para com a educação do campo representa de um lado o descaso dos dirigentes com a educação do campo, e de outro, os resquícios de matrizes culturais vinculadas a uma economia agrária apoiada no latifúndio e no trabalho escravo. De acordo o artigo 28 da Lei nº 9.394/96:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

O artigo 28 da referida lei avança no debate sobre a educação do campo, quando propõe sistemas de ensino que se adapte as peculiaridades culturais e sociais do mundo camponês. Um país continental como o Brasil que há uma complexidade social e cultural nas várias regiões, é necessário que o governo central estabeleça políticas educacionais que contemple toda essa complexidade.

Em 2008, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação e Cultura (SECAD/MEC) publicou o Caderno Pedagógico Educadoras e Educadores intitulado Sistemas de Produção e Processos de Trabalho no Campo, organizado por Lima (2008) propôs a contribuir no processo de qualificação social e profissional de jovens agricultores/as; oportunizar experiências pedagógicas que potencializem os saberes da juventude do campo e o diálogo de saberes; (re)valorizar a sabedoria dos sujeitos, a memória da vida camponesa, bem como possibilitar experiências pedagógicas exequíveis e motivadoras.

Em outras palavras, as diretrizes curriculares defendem a ideia de uma educação do campo pautada nas necessidades do alunado do campo, sem abrir mão do conhecimento cultural do seu espaço. Levando em consideração o conhecimento

empírico que já possuem, o ensino deve ser discutido de acordo com a realidade dos educandos. É necessário contribuir na transformação da escola cada vez mais em direção a uma educação do e para o campo com vistas a aproximá-la aos interesses e demandas dos camponeses.

O Programa Nacional de Educação de Reforma Agrária (PRONERA) sinaliza a necessidade de implementação de escolas que ofereçam à população camponesa uma formação com base nos princípios da educação do campo. Este programa abre a possibilidade de criar novos cursos de graduação direcionados à educação do campo. Estes programas juntamente com as diretrizes curriculares educacionais viabilizam a implementação de uma pedagogia voltada para o campo. Mas já é um avanço no que diz respeito a implementação de uma pedagogia camponesa.

### **Geografia e o ensino no campo**

De uma forma reflexiva o ensino de Geografia nas escolas do campo deve-se destinar à construção de uma educação verdadeiramente do campo. O ensino de Geografia pode ser trabalhado de forma dinâmica e direcionado a camponeses que lidam com a terra. O que se percebe é que o ensino nas escolas do campo ainda é trabalhado como um ensino urbanizado, não privilegiando o lócus camponês. A origem da educação do campo tem sua base no pensamento latifundista, empresarial, do assistencialismo, do controle político sobre a terra e, sobretudo, das pessoas que nela vivem.

O papel da educação do campo é valorizar o camponês dando mais oportunidade e dignidade e, sobretudo, colocando-o em um patamar de igualdade aos trabalhadores urbanos. Dentro deste contexto, cabe ao ensino de Geografia resgatar e cultivar a identidade do homem do campo, contribuindo assim para o entendimento da sua territorialidade e, ao mesmo tempo, construir o seu território camponês. Entretanto, esse papel da Geografia foi comprometido com a Geografia Tradicional quando estabeleceu um ensino muito mais a serviço do Estado e a burguesia do que para a população e, principalmente para o camponês. Isto é, a Geografia tinha uma visão positivista do espaço. Segundo Alves e Magalhães (2008, p. 90):

O ensino de Geografia deve compreender a educação do campo e encará-la de maneira conciliadora, em busca da liberdade e da comunhão entre educador e educando. Assim sendo, o professor pode trabalhar os



conhecimentos geográficos, discutindo questões como ensino tradicional e crítico, qualidade de ensino, a escola que queremos e a escola que temos, a contribuição da escola e do ensino de Geografia para a valorização do trabalhador rural, pois só assim será possível diminuir a migração do campo, dando mais oportunidade e dignidade a essa população. Também é papel da Geografia formar político e criticamente o camponês, bem como promover o entendimento das relações sociais e espaciais que acontecem no cotidiano de cada assentado.

O ensino de Geografia deve compreender a educação do campo de forma crítica e emancipadora para o camponês, onde ele possa ter o entendimento como são construídas e formadas as relações socioespaciais. Ensinar a ler o mundo como diz Paulo Freire. Trabalhar as questões relacionadas ao território, os temas como a luta pela terra, a cultura camponesa, o assentamento como território onde se estabelece o poder, o domínio de um determinado espaço por um grupo social. Debater e explicitar que a nossa sociedade capitalista é uma sociedade de classes sociais, em que umas detém o poder político, econômico, cultural e ideológico em detrimento de outras. No campo, a aristocracia agrária e o agronegócio é que historicamente tem esse domínio.

Precisa-se de uma escola do campo que trabalhe o ensino de Geografia de forma, que não se omita em relação à problemática camponesa. A escola do campo deve ser pautada em um ensino na construção da valorização do homem do campo com suas adversidades levando em conta as necessidades e especificidades das realidades camponesas, com uma pedagogia voltada para o campo.

Muita das vezes a educação do campo não é conduzida dessa forma, e sim reproduzindo uma educação urbanizada. A educação do campo, que não leva em consideração o conhecimento empírico do alunado, e não trabalha o ensino de Geografia, acaba negligenciando a realidade social camponesa. Mendes e Mesquita afirmam que:

O aluno do meio rural quando chega à escola já traz de casa toda uma bagagem de conhecimento valorativo criado a partir das relações anteriormente estabelecidas, mas no atual processo educativo, a escola é, em contrapartida, a negação do meio rural, pois realça as diferenças culturais deste aluno e, por isso, ela o expurga, uma vez que não o reconhece enquanto sujeito desta relação. (MENDES, MESQUITA, 2009, p. 491).

De acordo com a citação acima, pode-se dizer que o conhecimento que o alunado do campo recebe nas escolas, é um conteúdo que não valoriza as diferenças culturais e sociais do mundo camponês. O professor de Geografia neste contexto deve envolver os temas do campo nas aulas. Acredita-se que os conceitos de lugar, território e paisagem, a partir da visão da Geografia, devem ser trabalhados de acordo com a região onde está localizada.

### **Centro Educacional Municipal Brigadas Che Guevara e a Pedagogia da Alternância**

A Pedagogia da Alternância é uma alternativa metodológica de formação profissional agrícola de nível técnico para jovens, inicialmente do sexo masculino, filhos de camponeses que tem acesso dificultado ao ensino em função do trabalho camponês. A Pedagogia da Alternância é uma proposta educativa extra-estatal, criada pela igreja francesa oitocentista<sup>4</sup> para combater a abstinência e o abandono escolar dos jovens camponeses. Esta proposta consiste no revezamento de tempos e lugares de aprendizagem, propondo um sistema que constrói e conjuga saberes práticos e teóricos mais próximos da realidade do camponês. A Pedagogia da Alternância é uma proposta pedagógica de formação para os educadores do campo, organizada em diferentes espaços e com uma flexibilidade de acordo com o tempo disponível dos jovens camponeses.

Alves e Santos (2016) afirmam que um pequeno grupo de agricultores franceses insatisfeitos com o sistema educacional de seu país que não atendia suas especificidades de uma educação para o meio rural, iniciou em 1935, um movimento que culminou no surgimento da Pedagogia da Alternância. Esses agricultores enfatizavam a necessidade de uma educação escolar que atendesse às particularidades psicossociais dos adolescentes e a profissionalização em atividades agrícolas.

Segundo os referidos autores, no Brasil, esta pedagogia é introduzida no final da década de 1960 através do modelo das Escolas Família Agrícolas (EFAs) italianas Programa de Alternância (Maison Familiari Italiana de Castel franco-Vêneto). Dessa forma, surgem as Escolas de Famílias Agrícolas (EFA), em 1969, no estado do Espírito Santo. No entanto, as experiências francesas, denominadas no Brasil como

---

<sup>4</sup> Diz respeito ao século XIX.

Casas Familiares Rurais (CFR), só foram implantadas em nossa sociedade na década de 1980.

No estado do Tocantins, já existem vários projetos de escolas que atuam com a Pedagogia da Alternância. O Centro Educacional Municipal Brigadas Che Guevara é resultado de um projeto de lei 025/97, de 19 de novembro de 1997, que autorizou o poder executivo da Prefeitura Municipal de Monte do Carmo, a adquirir áreas rurais para implantação de núcleos educativos para atender as seguintes regiões do município: Passa Três – Região Sul; Barreiros – Região Sudeste; Café da Zefa – Região Norte; Machado/Jaú/Boa Vista – Região Norte – Região Alta da Serra; Taboca – Nordeste – Região Baixa da Serra. Atualmente, atende alunos de todas as regiões e municípios circunvizinhos.

Em 1998 foi construído o Núcleo Educacional Rural da Região do Passa Três as margens da TO - 262 que liga Monte do Carmo a Pindorama do TO, quando passou a ministrar o ensino regular de 1ª a 4ª série a partir de 22 de abril. As aulas eram ministradas de 2ª feira a 5ª feira com um total de 05 aulas semanais, utilizando-se do calendário da SEDUC. Os alunos iam a pé ou de bicicleta para a escola. Na foto nº 01, pode-se visualizar a entrada da Unidade Escolar. A foto nº 02 demonstra a visualização dos pavilhões da escola. Na foto nº 03 pode-se visualizar o refeitório da escola. Na foto nº 04, pode-se visualizar o alojamento da Unidade Escolar.

Foto nº 01. Entrada da escola

Foto nº 02. Pavilhão de salas de aula





Em 2002 a Unidade Escolar cria o seu próprio calendário adaptando-se aos períodos climáticos, adotando a Pedagogia de Alternância fazendo a troca de equipes de professores e alunos. Em 2003, criou-se o Curso Técnico de Agropecuária com duração de quatro anos incluso disciplinas do núcleo comum do Ensino Médio.

A primeira turma iniciou suas atividades em 2004 com 20 alunos e 3 professores compondo o corpo docente. Os conteúdos trabalhados nas primeiras turmas obedeceram à grade curricular tradicional da Secretaria Estadual de Educação e Cultura e a parte diversificada com noções de técnicas agrícolas. A partir de 2006 passou-se a trabalhar com a matriz curricular do curso técnico integrado ao ensino médio, sendo que as duas turmas que iniciaram apenas com o ensino médio fizeram o curso subsequente a fim de repor as disciplinas técnicas não vistas no decorrer do curso.

Atualmente a escola funciona de segunda a sexta, em semi-internato, proporcionando as disciplinas bases e uma direcionada ao campo, a mesma tem um ensino diferenciado, para atender o alunado que precisa deste ambiente escolar. Apesar de existir a alternância na escola, ela não possui uma organização padrão exigida pela Pedagogia da Alternância. Em passos lentos a direção da escola procura-se padronizar para que o aprendizado se fortaleça cada vez mais, no entanto, é de suma importância uma reforma na estrutura da organização educacional, com pessoas qualificadas para atender as demandas locais. Ha necessidade também de se construir um campo

educacional, com estrutura adequada de acordo à metodologia exigida pela Pedagogia da Alternância.

### **Análise do ensino de Geografia no Centro Educacional Municipal Brigadas Che Guevara**

Em relação à infraestrutura da escola é adequado e alguns ambientes são climatizados, porém as salas de aulas não possuem ar-condicionado. Existe na dependência da escola, lavanderia para que os alunos possam lavar suas roupas, durante o regime de internato.

O Centro Educacional Brigadas Che Vara adota os mesmos livros da zona urbana. É uma escola do campo, mais sua organização política e a transferência de conhecimento se dá do mesmo modo que as escolas da zona urbana. O quadro de funcionários é formado por pessoas da zona urbana e zona rural. A escola funciona com parceria com a Secretaria Estadual de Educação e Cultura e vem tentando elaborar uma grade curricular, que contenha habilidades e competências, para atender as necessidades dos estudantes do campo.

Os educandos da escola relataram que ter uma escola no campo é de suma importância, pelo fato de permitir a inclusão daqueles que não tem condições de ir para as escolas urbanas para estudar. E têm alunos que não tem intenção de sair do campo, pretende formar sua própria família e continuar morando na zona rural. Já têm outros que sonham em fazer uma faculdade e de trabalhar na escola que estudou. Na escola encontra-se muitos casos de ex-alunos que estudaram, e agora são funcionários da Unidade Escolar.

Para realização da pesquisa foi aplicado um questionário com seis questões objetivas a 3 professores de Geografia do Centro Educacional Municipal Brigadas Che Guevara, e três perguntas direcionadas aos alunos. Foram escolhidos dois alunos de cada turma de forma aleatória para aplicação do questionário.

Para a identificação dos professores, o procedimento usado foi nomear letras do alfabeto. A Professora “A” possui dez anos de sala de aula e é licenciada em História; a professora “B” tem 12 anos de sala de aula, e possui normal superior; a professora “C” treze anos de sala de aula e possui normal superior.

A primeira pergunta executada foi: qual é a sua concepção sobre educação do campo? A professora “A” respondeu: “Educação no campo, é uma educação direcionada para alunos da zona rural com o objetivo de ajudar os pais desses alunos que não têm condição de colocar eles para estudarem na cidade”. A professora “B” disse que: “A educação no campo se concretiza através das pessoas que moram na zona rural, e que muita das vezes não querem ou não tem condições de mudar para cidade para estudar”. A professora “C” afirmou que “A educação no campo é atribuída para os jovens e crianças da zona rural que precisam estudar, e que os pais não tem condição de proporcionar esse estudo na cidade”. Pode-se perceber que as três professoras entrevistadas acreditam que a educação do campo significa oportunidade de escolarização para os estudantes da zona rural. Em outras palavras, para os professores entrevistados, a educação do camponês constitui uma forma de garantir o acesso dos jovens camponeses na escola.

A segunda questão aplicada foi: Explique como sua escola trata a escolarização da educação do campo? A professora “A” ressaltou que: “Nós trabalhamos normalmente como se fosse uma escola da cidade com as mesmas regras e conteúdo”. A professora “B” afirmou que: “Nossa educação é desenvolvida igual à da cidade, os livros são os mesmos, está em discussão uma proposta curricular e livros voltados para a educação no campo, mas por enquanto nunca se efetivou”. A professora “C” disse que: “Desenvolvemos uma educação, sem ser direcionada especificamente para a educação no campo”. Por ser uma escola no campo, que atende uma clientela diferenciada, do espaço urbano deveria ter uma didática que acolhesse os camponeses, de acordo com seu ambiente de aprendizagem e, sobretudo, contextualizando conteúdo do seu cotidiano.

A terceira questão: na sua escola existe um projeto político pedagógico ou proposta pedagógica adequada às especificidades do campo? A professora “A”: respondeu “Não”. A professora “B”: respondeu “Não”. A Professora “C”: respondeu “Não”. De acordo com as resposta dos professores entrevistados pode-se afirmar que a escola não tem um Projeto Político Pedagógico que a diferencie das escolas urbanas. É de suma importância elaborar um PPP que tenha propostas relacionadas ao campo para trabalhar com os alunos da comunidade.

A quarta questão aplicada foi: como você percebe a participação dos pais dos alunos no planejamento e gestão escolar? A professora “A” afirmou que: “A comunidade local não tem grande participação, são poucos pais que participam das questões da escola, muitos deles dizem que mora muito longe e que não tem condução para vir para a escola”. A professora “B” ressaltou que: “A participação é negativa, pois são poucos pais que freqüentam a escola”. A professora “C” respondeu que: “Os pais dos alunos pouco freqüentam a escola, tem pai que só vai no dia de matricular”. O fato de a escola atender alunos do município de Monte do Carmo e de outros municípios circunvizinhos há uma dificuldade para os pais estarem participando do planejamento e gestão escolar em função da distancia da Unidade Escolar. Para facilitar a participação dos pais dos alunos na gestão da escola, é oferecido um plantão pedagógico que é realizado pela prefeitura que responsável de fornecer transporte para a locomoção dos pais até a escola.

Há um raciocínio de que o envolvimento dos pais nos assuntos da escola só é necessário quando existem "problemas" como notas baixas, faltas injustificadas ou mau comportamento dos filhos no ambiente escolar. Outro raciocínio é de que a ausência dos pais na vida escolar dos filhos indica desinteresse. Entretanto, essa atitude dos pais não significa necessariamente desinteresse pela escolarização dos filhos, pode acontecer que eles dão apoio a seus filhos em casa no processo de escolarização. O ideal é que os pais dêem apoio aos filhos no que diz respeito escolarização tanto em casa, como na escola.

A quinta questão aplicada foi: você como educador qual a representatividade dessa escola na vida desses alunos camponeses? A professora “A” enfatizou que: “Essa escola é a base para disseminar, o processo de ensino aprendizagem, se não existisse essa escola tínhamos muitos analfabetos no município”. A professora “B” respondeu que: “Um ambiente de novas descobertas e a oportunidade de aprender”. A professora “C” disse em entrevista que: “Essa escola tem uma representatividade positiva, pois favorece aprendizagem e oportunidade para aqueles que não pode ir estudar na cidade”. De acordo com as respostas dos professores pode-se dizer que uma escola do porte da Unidade Escolar analisada, por agregar os filhos de camponeses da região, tem grande importância para a comunidade e permite criar um vínculo mais amplo com a terra e de viver no lugar.

A sexta questão aplicada foi referente, a disciplina de Geografia trabalhada na escola: Você aborda temas ligado ao compones, ao trabalhador rural? A professora “A” entrevistada disse que: “Abordo o que está no livro didático se fala de algum conteúdo referente a zona rural, explico o conteúdo e relaciono com o cotidiano dos alunos”. A professora “B” respondeu que: “Eu sigo o livro didático se estiver presente temas relacionados a vida no campo, e explicado e dando exemplos”. A professora “C” afirmou que: “Quando no livro é abordado trabalho sim”. Sabe-se que o livro didático é um suporte para o professor. De acordo as repostas dos professores, pode-se notar que o livro é a única ferramenta que eles utilizam, entretanto, cabe o professor pesquisar outras fontes para construir e formar o conteúdo não só na educação do campo, mas em qualquer outro lugar o educador tem que mediar o conhecimento de acordo a realidade do alunado. Outro fato que ficou claro, foi que o conteúdo de Geografia só é trabalhado pelos professores se for abordado pelo livro didático. Desta forma, o ensino de Geografia fica comprometido.

Para análise do ensino de Geografia na escola foi aplicado também um questionado para três alunos de cada turma. A primeira questão aplicada foi: você estuda temas ligados ao mundo rural? O aluno “A” respondeu que: “Às vezes os professores comenta alguma coisa, mas estudar aprofundado, não”. O aluno “B”: respondeu “Não”. O aluno “C”: respondeu “Não”. De acordo com as respostas dos alunos pode-se perceber que eles mediam um conhecimento fragmentado. Uma escola localizada no campo que não aborda temáticas relacionadas ao campo, não fazer aula campo, não estudar o meio ambiente social que envolve as relações do homem com o campo, não desempenha um papel pedagógico, importante para a comunidade.

A segunda questão aplicada aos alunos foi: o professor de Geografia da escola trabalha temas ligados à realidade do mundo rural? O aluno “A” respondeu “Não”. O aluno “B” respondeu “Não”. O aluno “C” respondeu “Não”. Uma aula de Geografia que não discute território, territorialidade camponesa, meio ambiente, zona rural, é uma aula pouco relevante para contexto camponês. Os alunos entrevistados confirmam a tese de que o ensino de Geografia é comprometido na escola analisada, ou seja, os conteúdos referentes ao ensino de Geografia são abordados esporadicamente. Os temas referentes à ciência geográfica devem ser todos abordados levando em conta o contexto social que o aluno esta inserido. Temas como os conflitos de terra, a luta pela terra, a Reforma Agrária devem ser abordados nas aulas de Geografia com veemência.



Ressaltar que o campo é o território da segmentação da cultura camponesa e da luta de resistência pela terra.

A terceira questão direcionada aos alunos foi: a escola contribui para a formação dos alunos que pretendem trabalhar na área rural? O aluno “A” respondeu que: “Sim, a partir do primeiro ano, mudamos de semana saímos do município e passamos para o estado”. O aluno “B” entrevistado disse que: “Sim, mas é o estado que oferece disciplinas voltadas para o trabalho rural”. O aluno “C” afirmou que: “Sim, mas é no ensino médio que oferece disciplinas voltadas para a zona rural”. É fundamental que o aluno estude as disciplinas voltadas para o espaço dos camponeses, desde a alfabetização até o ensino médio preparando-o para o mundo do trabalho. No caso da escola em análise, é o município que oferece o ensino fundamental I e II, mas não oferta as disciplinas voltadas para a realidade do camponês, essa responsabilidade fica ao cargo das escolas estaduais que trabalham o ensino médio. Neste sentido, só o ensino estadual oferece as disciplinas voltadas para o mundo camponês.

### **Considerações finais**

A educação é o componente essencial para a sociedade em que os camponeses atuam. A educação do campo é essencial para diminuir o índice de analfabetismo e formar cidadãos críticos preparados para fazer a leitura do mundo e para o mundo do trabalho. A educação do campo surge com o objetivo de atender as necessidades da população camponesa e deve ter uma concepção político-pedagógica, voltada para aumentar o vínculo do camponês com a terra e o lugar onde se vive. A educação do campo surge como uma oportunidade de acesso ao conhecimento científico dos camponeses sem mesmo sair do lugar de origem. Uma educação necessária e possível de se concretizar, trabalhando e fomentando os saberes existentes dos povos do campo.

A escola do campo deve atender as expectativas dos estudantes garantindo um ensino de qualidade e um espaço onde reproduza uma educação emancipadora que perpasse e transforme a vida das pessoas. A educação do campo deve habilitar o indivíduo a reconhecer-se no meio social em que vive, permitindo-os compreender que vivendo e estudando no campo é capaz de ter um processo de ensino-aprendizagem de qualidade e cidadão.

A escola analisada ainda não tem uma grade curricular voltada para uma educação do campo, continua trabalhando um conteúdo vinculado com o mundo urbano. Entretanto, a escola representa um avanço para a comunidade local levando em conta que cria oportunidade para os camponeses terem acesso ao conhecimento. Esse avanço tem sentido se a escola continuar buscando um ensino voltado para a realidade camponesa, caso contrário, os avanços param no tempo.

No que diz respeito ao ensino de Geografia, a escola analisada trabalha o conteúdo desta área do conhecimento quando o livro didático aborda conforme depoimento dos professores entrevistados. Em outras palavras, significa dizer que os conteúdos referentes a ciência geográfica fica comprometido. Sabe-se que a Geografia pode contribuir em muito para os camponeses quando se trata da compreensão e entendimento do seu território, do seu espaço político, ideológico e cultural e, sobretudo, a luta pela terra.

## Referências

ALVES, Maria Santana Nunes; SANTOS, Ana Roseli Paes dos. Congresso Ibero-Americano de Humanidades, Ciências e Educação. Anais do II Congresso Ibero-Americano de Humanidades, Ciências e Educação [recurso eletrônico]: políticas de formação nos países Ibero-Americanos, 18 a 20 de maio de 2016. Publicado na Revista **CRIAR EDUCAÇÃO - Revista de pós-graduação em Educação**, Criciúma, SC: UNESC, 2016.

ALVES, Wellington Galvão; MAGALHÃES, Sandra Maria Fontenele. O ensino de Geografia nas escolas do campo: reflexões e propostas. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v. 10, n. 1, p. 79-91, 2008.

BEZERRA NETO, Luiz. Educação do campo ou educação no campo? **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 38, p. 150-168, jun/2010

BRASIL/MEC. Lei 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira. Disponível em <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em 10 mai. de 2016.

CALDART, Roseli Salete. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIO, Paulo Ricardo e CALDART, Roseli Salete Caldart (orgs.). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, DF: articulação nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, n.º 4.

FERNANDES, B. M; MOLINA, M. C. O campo da educação do campo. In: MOLINA, M. C; JESUS, S. M. A. Por uma educação do campo. Vol. 5. Brasília, DF: **Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”**, 2004.

GOHN, M. da G. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo: Cortez, 2009.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, Manoel Messias Antônio de; SILVA Cícero da. Educação do campo: o descompasso entre a legislação e a realidade educacional para as comunidades camponesas. **Revista Lugares de Educação [RLE]**, Bananeiras-PB, v. 5, n. 11, p. 241-254, Ago.-Dez., 2015. Disponível em <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rle>>.

LIMA, Sara de Oliveira Silva. **Construção coletiva**: Sistemas de produção e processos de trabalho no campo: caderno pedagógico educandas e educandos. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Referência para uma política nacional de educação do campo: caderno de subsídios. Coordenação: Marise Nogueira Ramos, Telma Maria Moreira, Clarice Aparecida dos Santos – 2. ed. – Brasília; MEC, SECAD, 2005.

MENDES, E. de P. P; MESQUITA, L. A. P. de. Geografia, educação rural e pertencimento: a valorização dos saberes e expressões culturais no ambiente escolar. **Anais do XI – EREGEO- Simpósio regional de Geografia**. UFG – Campus Jataí, 2009.

MOLINA, M. C. **Educação do Campo e Pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

MUNARIM, Antônio. Elementos para uma política pública de Educação do Campo. Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa**: questões para reflexão. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

PEREIRA. A. A. **Pedagogia do Movimento Camponês na Paraíba**: das Ligas aos Assentamentos Rurais. João Pessoa: Ideia/Editora Universitária, 2009.

SCHELLING, Vivian. **A presença do povo na cultura brasileira**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

SOARES, Edla de Araújo Lira. Parecer n.º 36/2001, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. In: **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo, resolução CNE/CEB n.º 1, de 3 de abril de 2002**. Brasília: MEC, 2002.